

REGULAÇÃO DO TRABALHO E DA REMUNERAÇÃO DOCENTE

Vera Lúcia F. Alves de Brito

UEMG/Brasil

veraluciabrito@ig.com.br

Resumo: O trabalho analisa a trajetória de negociações entre o movimento docente e a administração municipal na formulação de legislações reguladoras do trabalho, da carreira e da remuneração docente. Discute-se o corporativismo e sindicalismo. Conclui-se que o movimento docente conseguiu ganhos expressivos e ser reconhecido como agente importante nas negociações.

Palavras-chave: trabalho docente; remuneração docente; regulação estatal.

Este artigo tem como objetivo analisar a relação do Estado com os movimentos de professores em suas manifestações de confronto e negociação que caracterizam também outros movimentos sociais. O trabalho é parte de uma pesquisa nacional¹ que analisa Plano de carreira e configurações de remunerações de professores no Município de Belo Horizonte.

O núcleo da pesquisa de Minas Gerais investigou as pautas de reivindicações e as legislações reguladoras do trabalho docente buscando demarcar as conquistas e os recuos na valorização do professor. O marco teórico tornou possível compreender as negociações entre movimentos dos professores e as políticas regulatórias do município, Permitiu também o questionamento sobre os movimentos docentes. Seriam os movimentos docentes movimentos sociais? Como entender a dimensão predominantemente corporativa das greves e enfrentamentos às políticas dos governos referentes ao município pesquisado?

O processo histórico da relação movimentos social e o Estado são longos e complexos, estudados por Touraine (2006); Dagnino (2002); Draibe (1989); Paoli (2006); Rodrigues (2001); Boschi (1989); Bresciani (1986); Warren-Scherer (2006).

Touraine (2006) afirma que a idéia de movimento social é menos uma categoria propriamente analítica do que uma categoria de natureza histórica. Define que:

O essencial, aqui, é reservar a idéia de movimento social a uma ação coletiva que coloca em causa um modo de dominação social generalizada.

¹ A investigação aqui apresentada faz parte da pesquisa nacional “Remuneração de professores de escolas públicas da educação básica: configurações, impactos, impasses e perspectivas” proposta pelo Observatório da Educação, financiada pela CAPES/INEP/SECAD e coordenada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas de Educação da Universidade de São Paulo

Pesquisadores têm sustentado que uma característica dos movimentos sociais seria sua incapacidade de superar o localismo e particularismo de sua ação, visto que buscam soluções imediatas para suas carências sociais, o que os impele a uma prática corporativa. Em sua acepção Doimo (1995) afirma que movimentos sociais quando são constituídos por sujeitos autônomos e independentes são capazes de se tornarem o fundamento da democracia e de políticas alternativas em torno dos direitos humanos e sociais.

As relações entre professores e autoridades governamentais encarregadas de elaborar normas referentes ao trabalho do professor podem variar segundo o contexto político social essas relações podem assumir diferentes formas, enfatizando os benefícios individuais ou o coletivo de professores.

A consideração dos movimentos docentes como “movimentos corporativos” denota as limitações dos movimentos participativos dos professores e refere-se ao fato de que eles não enfrentam, senão muito raramente, questões como a representação coletiva e as lutas mais amplas, muitas vezes consideradas assuntos que não faziam parte da pauta. Cavalheiro afirma de modo enfático:

O corporativismo foi a tônica das entidades de professores (...) que discutiam problemas e assuntos pedagógicos e didáticos, distantes da realidade brasileira e de seus momentos de crise, alheios aos anseios de grande parte da categoria” (CAVALHEIRO, 1989:126).

A relação entre movimento sindical e movimento social não é uma questão fútil de ser equacionada. A discussão sobre a centralidade da contradição entre capital e trabalho na sociedade tem sido a tônica da literatura das ciências sociais que a entendem como parte da realidade de classes da sociedade capitalista. Nesta perspectiva, o movimento sindical aparece como eixo central da discussão teórica sobre a sociedade de classes, parte integrante da sociedade civil. Ao mesmo tempo a teoria concebe os movimentos sociais como aqueles que tem como atores os segmentos que apresentam demandas que se situam no âmbito dos direitos sociais e políticos tais como movimentos pelo direito à diferença ou pelo direito ao meio ambiente sustentável. Abrangem, nesta perspectiva, atores que se localizam em espaços sociais horizontais e em estratos sociais diferenciados e não se identificam como movimentos de classe, como os movimentos sindicais. Seria legítimo compreender desta forma os dois movimentos? Poderia se considerar o movimento sindical como sendo incluído nos movimentos sociais? O movimento sindical é um movimento social dentre outros? Pensando em sua especificidade como reivindicação econômica pode-se subestimar seu papel relevante

não apenas do ponto de vista econômico, mas de sua participação enquanto ator político. O processo de redemocratização no Brasil, evidencia a interferência política dos sindicatos como expressão de uma força política de peso nas manifestações do período de luta pela abertura política, na campanha pelas “Diretas já” e no período posterior em participação ativa de confronto com os governos neoliberais. Seu papel não se limita portanto à atuação econômica mas como agentes fundamentais na arena política. O movimento sindical é um movimento social, porém é um movimento social de tipo diferente, com uma qualidade política transformadora. Ele se move dentro da esfera pública burguesa e mais do que isso: é um ator decisivo no Brasil para a constituição da esfera pública.

No Brasil a trajetória dos movimentos sociais e sindicais pode ser identificada pela presença de três grandes fases: o movimento dos trabalhadores da Primeira República; o movimento sindical constituído sob a égide a regulação estatal, a partir dos anos 30; e os novos movimentos sindicais iniciados em fins dos anos 70 do século passado (LOBO, 2006). Para todos esses períodos é possível identificar pesquisas e interpretações que ressaltam o papel ativo dos movimentos de trabalhadores

Entre os atributos dos movimentos de trabalhadores pré-30, destacam-se uma forte presença militante associada a uma fragilidade organizativa e baixo poder de mobilização, atributos que podem também ser encontrados nos movimentos de professores.

A idéia de tutela e harmonia de classes nos anos 30 é a ideologia presente no formato das relações sobre as quais o Estado conduziria o projeto de industrialização nacional. Destaca-se, na avaliação da legislação trabalhista do governo Vargas a busca de uma paz social a ser conseguida pela submissão dos sindicatos ao modelo oficial e a persuasão dos trabalhadores, por meio de mecanismos simbólicos, da importância de serem parte ativa no processo de industrialização nacional. É nos marcos dessa formatação do trabalho e da nova legislação que se organizam a partir dos anos 30, os movimentos de professores que buscamos analisar neste artigo. A estrutura oficial da denominada cidadania regulada (SANTOS, 1979), parece ter sido o incentivo para a formação de organizações específicas de professores que restringem suas reivindicações a demandas trabalhistas, cujos objetivos são o cumprimento pelos órgãos estaduais e municipais da inserção da categoria nos benefícios pessoais da legislação trabalhista. A trajetória dos movimentos sociais e sindicais dos professores apresenta traços de

continuidade com uma tradição que é marcada pelo forte apego dos professores ao modelo de relações de trabalho configurado por esta legislação trabalhista.

As estratégias estabelecidas para transformar o professor no funcionário professor representam freqüentemente desafios para a identidade profissional que acionam defesas e questionamentos. Segundo a abordagem de Lawn (2001) o Estado constrói, conforme seus objetivos, em cada momento histórico, um projeto de identidade profissional docente abrangendo normas e valores que são aferidos no recrutamento, na legislação, nos concursos e no cotidiano dos professores. Numa perspectiva histórica, a representação da profissão docente que está presente nos discursos apresentados pela mídia, pelo Estado e pelos movimentos sociais nem sempre há convergência entre os objetivos do Estado e os objetivos dos docentes. Nesta perspectiva, o processo de construção da identidade profissional deve ser interpretado como um processo de reformulação de identidades profissionais, tanto subjetivas como coletivas dos docentes, cujo resultado não constitui uma contínua realização de progressos, mas um processo de internalização pelos indivíduos e pelos movimentos docentes de avanços e regressões experimentados na trajetória de constituição de uma identidade profissional docente (BALL, 2002).

Uma investigação do embate entre movimentos docentes e gestores governamentais pode captar interesses e concepções diferenciadas apontando para a formulação de políticas públicas como campo de lutas. A investigação realizada sobre as greves e suas pautas reivindicatórias dos professores da rede municipal de Belo Horizonte permitiu perceber os conflitos e se tornaram relevantes para a pesquisa. Uma negociação pode dar lugar a um diálogo na esfera pública na qual são explicitadas as enunciações, mas esta relação não significa consenso, mas confronto entre posições diferenciadas sobre a educação e sobre o trabalho docente. A pesquisa verificou o empenho dos movimentos de professores em se constituírem como organização independente e autônoma em relação ao Estado, mas a relação é perpassada por conflitos em que pautas diferenciadas e também oposições político- partidárias interferem nas negociações de modo significativo.

Com relação às questões relativas à remuneração, o aspecto conflitivo da negociação aparece com nitidez, pois se trata de um embate travado entre reivindicações de trabalhadores por salário digno, por um lado, e órgãos estatais responsáveis pelo pagamento e pelo enquadramento, por outro; conflito esse que transcorre em torno das

pautas que cada uma das partes elabora, sendo que essa definição afeta diretamente a remuneração docente.

O reconhecimento do movimento dos professores enquanto coletivo de profissionais com necessidades e direitos garantidos na legislação trabalhista constituiu a base para que pudessem ser realizadas negociações públicas. Públicas, neste caso, são as negociações que permanecem visíveis ao coletivo de professores e à sociedade como um todo.

A concepção expressa neste artigo é que as relações entre gestores e trabalhadores da educação não são igualitárias, pelo contrário, as diferenças entre os que estão em posição de poder e os trabalhadores da educação são visíveis. Neste contexto os trabalhadores terão que se empenhar para chegar a um reconhecimento como interlocutor legítimo. O discurso sobre negociação implica uma visão de democratização e acolhimento das demandas, mas é explícita a compreensão de que as demandas são submetidas aos órgãos econômicos estatais que tem o poder de definir prioridades. Esta submissão demarca os limites mínimos e máximos do acolhimento às reivindicações e deste modo configura as recorrentes formas de precarização do trabalho docente. Deste modo, de antemão estão explicitadas as condições de distribuição desigual de postos de trabalho e de sua remuneração.

A metodologia empregada na pesquisa sobre o movimento dos professores da rede municipal de Belo Horizonte analisou a legislação existente, nos arquivos municipais e as pautas de reivindicações dos movimentos de professores nos arquivos da Associação de Professores Primários de Minas Gerais, do Sindicato de trabalhadores do Ensino (SINDUTE) e no sindicato da rede municipal de Belo Horizonte (SIND-REDE). A metodologia que buscamos configurou-se como uma estratégia global que orientou e permeou o trabalho e que permitiu uma coerência interna ao mesmo. A principal questão metodológica foi a realização de uma comparação entre as pautas de reivindicações de movimentos grevistas e seu provável efeito nas regulações do trabalho docente. A pesquisa de campo analisou os documentos sobre movimentos dos professores em Belo Horizonte em vários momentos em que a negociação foi realizada.

Desta análise constatou-se que a mobilização dos professores públicos em Minas Gerais não é fenômeno recente, pois desde 1931 já havia organização do magistério primário liderado pela Associação dos Professores Primários de Minas Gerais (APPMG). A entidade tinha como objetivo não apenas demandas salariais, mas manifestações públicas nacionais como a participação na campanha pela instituição do

voto feminino, conquistado em 1932 e considerado “a primeira e grande vitória da entidade” (APPMG, 2009).

O processo de funcionarização e profissionalização que são quase sinônimos em outros países, no Brasil teve uma trajetória específica e nas primeiras décadas do século XX pois já havia um controle do Estado sobre o corpo docente, pelo recrutamento e pela supervisão dos inspetores escolares. Contudo, o recrutamento por concurso, segundo o modelo weberiano de um sistema racional e burocrático, não era a forma principal de recrutamento (WEBER, 1987). A avaliação personalista, realizada pelos inspetores escolares e recrutamento de interinos e substitutos representou, neste período, 50% dos professores admitidos. Os valores clientelistas e patrimonialistas exerciam forte substrato para o recrutamento de professores considerados moralmente aptos. (GOUVÊA, 2002).

A profissão docente tem um espaço demarcado, nos anos 30, em parte pelo fato do professor ter se tornado um profissional cuja ocupação principal era o magistério. É uma fase em que a identidade docente se transforma, a começar pela mudança de gênero, acentuando-se a feminização do magistério. No entanto o que constituía o corpo docente, mais do que a organização funcional ou corporativa, era o controle do Estado, na definição da carreira, dos salários, da organização do trabalho escolar e na definição da educação como solução para os problemas nacionais. O discurso dirigido aos professores enfatiza o papel que lhes cabia representar na solução dos problemas da sociedade brasileira, tendo como finalidade o progresso da nação. (CASASSANTA, 2003).

Nesse momento a criação de um sistema de ensino nacional com uma estruturação orgânica começa a se delinear e coincide com o início da participação do movimento dos professores primários em campanhas pela garantia de benefícios trabalhistas de acordo com os dados pesquisados sobre a mobilização, em 1931, contra a redução de salários do magistério. Em 1937 os professores foram mobilizados para a criação de um Plano de Carreira do Magistério, porém sua concretização vai ser objeto de longo processo de luta..

Contudo, a partir do período ditatorial iniciado em 1937, o discurso da profissionalização é abandonado, aprofundando-se os aspectos referentes ao magistério como apostolado no qual a retribuição pelo trabalho do professor não é visualizada como tendo um cunho material. Desloca-se o discurso para a vida pessoal, minimizando

os aspectos da formação; são colocadas em segundo plano questões referentes à profissionalização como o salário e a construção de escolas normais. A regulação dos professores se fez pelo impedimento de sindicalização e também por uma legislação específica para os concursos de professores e para os salários. Tendo como objetivo a disciplinarização da força de trabalho e garantia da ordem social há um apelo à educação para o trabalho, educação do futuro cidadão e disciplina escolar. O apelo a uma missão docente é neste período um aspecto chave das estratégias de controle do trabalho docente.

Fixar a identidade profissional, sendo elemento comum a qualquer estruturação do trabalho na produção empresarial e comercial, visa, no caso dos professores, estabelecer uma identidade coletiva dos professores enquanto trabalhadores. O discurso sobre o trabalho contribui para moldar, no serviço público, os trabalhadores deste setor. Fixar a identidade dos professores determina como se espera que seja desenvolvido o trabalho docente, instituindo, através do discurso e da legislação, as referências sobre o que deve ser um professor para um determinado projeto de nação (LAWN, 2001).

O projeto de nação inclui uma função civilizadora que aparece na prevalência de valores tais como isonomia de salários, explicitação e transparência das normas regulatórias.

Esses valores traduzem-se nas bandeiras, muito comuns, referentes por exemplo à 1) explicitação de critérios para admissão, remoção, demissão e obrigatoriedade de qualificação para o exercício da função de professor. 2) utilização de métodos de admissão por concurso que sejam reconhecidos como imparciais. Tais métodos regulatórios deveriam estabelecer normas explícitas como quadros de funcionários e quadros específicos da carreira docente.

O traço mais comum na escolha e admissão de professores era a falta de critérios impessoais para a admissão, demissão, remoção, caracterizados por relações pessoais, de consideração, apadrinhamento aos quais se agregavam apreciações morais tais como boa pessoa, respeitada na vizinhança, de conduta moral irrepreensível, etc. A regulamentação das relações de trabalho dependia assim fortemente de uma norma que se traduzisse em lei, o direito do trabalho.

De nada adiantaram, nessa visão, as constantes tentativas do movimento sindical pré-30 em institucionalizar medidas de proteção ao trabalho. Foi preciso esperar pela início da legislação trabalhista.

A legislação sobre o magistério no município de Belo Horizonte compreende as regras para nomeação interina de professores, a realização de concurso para Professor Catedrático do Ensino Secundário e a classificação dos cargos do setor educacional. Institucionalizava-se a hierarquização e desigualdades entre professores primários, com baixos salários e os outros cargos, com salários muito mais altos. Exemplo desta desigualdade é a greve dos professores primários pelo salário mínimo no “Movimento de Desagrado”, iniciado em Belo Horizonte em 1953 e que teve desfecho vitorioso em 1954. Naquele mesmo ano foi aprovado o Regulamento do Ensino Primário Municipal (BH, Lei 0327/54) que definia como área de atuação da Prefeitura, o ensino fundamental para estudantes de sete a quatorze anos, supletivo para maiores de quatorze anos no noturno, e a manutenção do ensino pré-primário.

As greves se sucedem e em 1956 o movimento consegue o maior aumento salarial do País. A partir de 1959 as reivindicações passaram a ser não apenas do município de Belo Horizonte, mas organizadas em greves estaduais, lideradas pela APPMG, com reivindicações de aumento salarial e de plano de carreira para o magistério. No caso do magistério primário estes são os eixos dos debates, pois o pagamento de seus salários provém de fundos públicos e seus patrões são “governos estaduais e municipais, que oferecem serviços gratuitos correspondentes a direitos sociais e a impostos pagos pelos cidadãos” (DANIGNO, 2002 p. 69). Desta forma, diferentemente do setor privado cujo aumento do lucro se dá a partir do crescimento do número de estudantes matriculados,

[...] há uma correlação entre a quantidade de ingresso de tributos que alimentam os fundos públicos, o número de matrículas e o salário dos professores. Quanto maior a arrecadação, tanto maior será o salário potencial. Quanto menor for o número de professores, derivado do número de matrículas no ensino público, tanto maior poderá ser o seu salário (DANIGNO, 2002. p. 69).

A ditadura militar iniciada em 1964 promoveu mudanças radicais no país e mais especificamente no campo educacional. Prolonga-se de 1964 até 1982, marcada pelo “cerceamento dos direitos civis e políticos, resultantes da ditadura militar” (MIRANDA, 2005, p.124). Mas em toda a década de 60, os professores de Minas Gerais continuam a reivindicar aumento de salários e inserção no modelo de organização trabalhista previsto para outras categorias de trabalhadores, com plano de carreira específico, hierarquizado. A legislação do município pesquisado, em 1968, responde às reivindicações por plano de carreira com o estabelecimento de gratificação quinquenal,

abono e progressão horizontal, segundo tempo de serviço. (Lei 1508, de 11 de julho de 1968).

Se houve nas décadas de 50 e 60 criação inúmeras escolas municipais, a expansão efetiva ocorreu na década de 1970, com a criação de escolas e reestruturação no funcionamento do sistema de ensino, acentuando-se o processo de municipalização do primeiro grau. (PBH/SMED, 2006).

É no período de 1971 a 1982 que se observa um efetivo planejamento administrativo e estruturação do formato dos cargos de magistério. Contudo a legislação sobre o magistério público mantém a estrutura criada pela legislação trabalhista. Em 1977 foi aprovado o Estatuto do Pessoal do Magistério Público do Estado de Minas Gerais, (Lei 7109, de 13 de outubro de 1977) com repercussão nas reivindicações dos professores. Foi extinto em 1977 o cargo de professor catedrático e corpo docente foi classificado em cargos de Professor Municipal I, II e III. (BH, Lei 2840/77). A Lei Municipal 2840, de 30 de dezembro de 1977, definiu duas categorias de servidores, os funcionários públicos e os contratados, segundo a legislação trabalhista.

Contudo um novo sindicalismo estava se delineando.. O ponto alto do novo movimento sindical parece ter sido atingido pelos metalúrgicos do ABC, a partir dos movimentos grevistas iniciados em 1978. Naquela ocasião, não se tratou apenas de um conflito pela negociação com o Estado no estilo anterior, de barganha por melhores salários mas uma forma de oposição política ao Estado. Os operários da indústria forçaram a adoção de planos de cargos e funções e a explicitação de políticas de seleção e mobilidade de pessoal por parte das empresas, enquanto um conjunto amplo de demandas em torno da democratização das relações de trabalho.

A repercussão deste novo sindicalismo na organização dos professores é imediata. No final dos anos 70 o movimento docente assume um aspecto coletivo antes pouco consistente. A organização dos professores primários foi intensa e congregou grande número de professores. A criação da União dos Trabalhadores do Ensino (UTE) em 1979 (em 1998 torna-se SINDUTE) resultou em inflexão relevante da organização do magistérios. As divergências em relação às políticas públicas levaram a greves e contestações políticas. A ampliação da formação em universidades contribuiu para configurar um corpo docente mais politizado e ativo. As estratégias de recrutamento são questionadas e o clientelismo na escolha da direção das escolas é posto em debate.

A expansão do sistema municipal de ensino de Belo Horizonte coincidiu com o processo de redemocratização do país e com as jornadas em defesa da escola pública no Brasil. Neste contexto há um movimento para a abertura da escola à participação popular com a criação do Colegiado Escolar e da Assembléia Escolar. Os professores participaram ativamente do Congresso Mineiro de Educação (1983) que foi um marco na definição de políticas públicas com participação dos trabalhadores da educação e da comunidade. Neste período, o movimento social das mulheres em Belo Horizonte assumiu a luta por creches e por escolas infantis, reivindicando parceria com o Estado e liberação de professores públicos para as escolas da comunidade criadas pelo movimento. A constituição da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte ocorre em 1982. No município, as lutas em defesa da educação incluíam, além das condições de trabalho, a valorização dos profissionais da escola. Lutava-se por uma carreira que incorporasse o pessoal administrativo, valorizando o coletivo. A reivindicação de pisos salariais é enfatizada, entretanto, não havia ainda Plano de Carreira do Funcionalismo que só foi votado em 1988.

As alianças governamentais no final da década de 80 conduziram ao poder dirigentes municipais de tendências esquerdistas. Em 1989 assume um governo que propunha negociação em base democrática e participativa que propõe negociação em base democrática e participativa. A pauta de reivindicações do magistério é, inicialmente, corporativa e enfoca a redução da jornada de 30 para 25 horas/semanais, sem redução de salário e o pagamento por habilitação. As negociações com o governo municipal resultaram em reajustes periódicos, alterações do quinquênio de 5% para 10%, implantação do pagamento por habilitação, (PBH, Relatório de Gestão, 1991). Os professores municipais realizaram um profundo e amplo debate sobre a carreira da educação, resultando na elaboração do anteprojeto do Estatuto dos Servidores das Escolas. As principais propostas da administração municipal possibilitaram a construção de políticas educacionais avançadas no município.. O enfoque da equipe gestora foi a gestão democrática, regulamentando a eleição direta. (ROCHA, 2007). A gestão democrática compreendia também a participação da comunidade na elaboração do Projeto Pedagógico da Escola, a consolidação dos Colegiados Escolares, a ampliação das dotações das Caixas Escolares, e as Assembléias Escolares deliberativas. (PBH/SMED, Relatório de Atividades, 1989/1992). As resoluções do I Congresso Político Pedagógico em 1990 foram em grande número, incorporadas na Lei Orgânica do Município, votada no final de 1990. Esta lei incluiu o direito à alimentação, saúde,

moradia, destinou 30% da receita para a educação e definiu a gestão democrática nas escolas.

A gestão liderada pela coalizão entre partidos de esquerda Partido dos Trabalhadores (PT) e o partido Socialista brasileiro (PSB) assumiu o poder municipal em 1993 e iniciou o avançado projeto da Escola Plural em 1995. As políticas negociadas com os professores constam do Plano Bienal de Educação (Lei 6929/95) e incluem a gestão democrática, a construção de uma escola plural e inclusiva, o incentivo aos novos projetos político-pedagógicos construídos a partir das escolas, a valorização dos/as profissionais da educação, através de políticas salariais e a criação de um futuro Plano de Carreira.

O fato nacional que marcou o período foi a implementação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que aprovada em 1996, deu início ao debate entre os governos estadual e municipal sobre a competência dos municípios e dos estados quanto ao educação infantil e ao ensino médio e a respeito do regime de colaboração para a oferta do ensino fundamental (CURY, 1997). Neste sentido, o município priorizou o atendimento ao ensino fundamental e redefiniu a estrutura e a organização do Ensino Médio para adequar-se à nova LDB.

A coalizão PT/PSB dá continuidade à administração municipal, faz opção pela expansão da rede pública de educação infantil e pela construção das primeiras Unidades Municipais de Educação Infantil inauguradas em 2004. Também criou o cargo de “educador infantil” para o atendimento das crianças de 0 a 5 anos, rompendo com a carreira docente unificada. Nesse período, houve um grande investimento na infraestrutura das escolas com: repasses de verbas, a informatização e realização de parcerias com o governo federal através de programas como o Segundo Tempo e a Escola Aberta, dentre outros.

A administração municipal realizou a II Conferência Municipal de Educação e o II Congresso Político Pedagógico/Escola Plural, marcada por conflitos com o magistério quanto à participação em atividades de planejamento e pela oposição à criação de uma carreira específica para docentes da educação infantil, finalmente aprovada.

No período 2005/2008 em continuidade com a gestão anterior foi realizada a III Conferência Municipal de Educação, em maio de 2005. A polêmica nesta conferência foi a manutenção de reuniões pedagógicas com dispensa de alunos, reivindicação que a equipe do governo não concordou. A IV Conferência Municipal de Educação, em maio

de 2007, continuou o debate anterior, e a equipe da Secretaria de Educação rejeitou as propostas considerando que as demandas eram corporativas e não atendiam à democratização do ensino. Por este motivo os profissionais realizaram duas greves em 2005, cujo ponto principal era a jornada de trabalho e a dispensa de alunos para realização de reuniões semanais.

A mudança na concepção pedagógica foi explicitada a partir de 2005, quando da parceria realizada com o Ministério da Educação e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) para implantar a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar, através da continuidade da avaliação do SAEB e de nova avaliação pela Prova Brasil. Como parte do novo projeto educacional, foi estabelecida a adequação das escolas municipais ao cumprimento das metas do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica do Ministério da Educação (IDEB).

As políticas gerais para o conjunto dos servidores municipais apresentam medidas que apontam uma nova concepção de gerenciamento na administração pública municipal (AFONSO,1999).São exemplos da adesão a uma concepção gerencialista, a avaliação de desempenho e o processo de formação de grupos gerenciais. As mudanças ocorridas, sobretudo nos anos de 2005 a 2007, culminaram com a intensificação do processo de controle da gestão escolar, através da criação do Sistema de Gerenciamento Escolar a implantação das políticas remuneratórias de cunho meritocrático, com aumento de processos administrativos na Corregedoria Geral do Município, com punições e demissões.

Considerações finais

A pesquisa constatou a tensão existente na correlação de forças entre a ação estatal e o movimento dos trabalhadores da educação na regulação das relações de trabalho, na definição da política de remuneração e do tempo de trabalho. Nesta perspectiva, verificou-se que as equipe gestoras do município, nos últimos 30 anos do século XX, tiveram um papel fundamental para manter as relações baseadas na negociação e no reconhecimento do poder dos movimentos do magistério e dos outros trabalhadores da escola. A este respeito cumpre lembrar que nem sempre isto aconteceu e que as políticas referentes ao trabalho no Brasil tem uma marca autoritária, porque foram vinculadas, desde os anos de 1930, à legislação trabalhista cerceadora dos sindicatos e controladora dos movimentos sociais, sob o imperativo da referida *cidadania regulada*. É importante lembrar a importância dos novos movimentos sociais, a partir da década de 80, abrindo

a possibilidade de ação conjunta dos docentes com os movimentos de trabalhadores apontando para uma perspectiva de transformação social.

Foram levantadas várias questões que resultaram do aprofundamento na teoria e história dos movimentos sociais e sindicais no Brasil. A primeira questão interroga em que medida o ambiente político nacional e local afeta as pautas reivindicatórias do movimento dos professores. A segunda busca compreender em que medida a estrutura do mercado de trabalho dos funcionários públicos afeta a percepção do movimento de professores acerca das políticas sociais do Estado. O fato de serem funcionários públicos influencia suas pautas de reivindicações, restringindo seus interesses à categoria profissional da qual fazem parte ou extrapola estes interesses traçando estratégias mais abrangentes? Constatou-se que os movimentos docentes pesquisados oscilaram entre a perspectiva de preservar a legislação trabalhista e os salários para a categoria e uma ação voltada para o enfrentamento de questões políticas. A organização dos docentes conduziu ao aumento de sua representação no âmbito da administração municipal ainda que não tenha sido suficiente para conseguir maior avanço nas políticas educacionais municipais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Leis

BOSCHI, Renato. (1987), *A Arte da Associação*. São Paulo/Rio de Janeiro, BELO HORIZONTE. Lei 7169, de 30 de agosto de 1996. Institui o Estatuto dos Servidores Públicos do Quadro Geral de Pessoal do Município de Belo Horizonte vinculados à Administração Direta.

BELO HORIZONTE. Lei 7235, de 27 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Quadro Especial da Secretaria Municipal de Educação, Institui o Plano de Carreira dos Servidores da Educação da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte

BELO HORIZONTE. Lei 7543, de 30 de Junho de 1998. Institui o Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte, cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. Lei 7543, de 30 de Junho de 1998. Institui o Sistema Municipal de Ensino de Belo Horizonte, cria o Conselho Municipal de Educação e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. Lei 7577/98. 21 de novembro de 1998. Concede benefícios a servidores, define a jornada de trabalho dos servidores da educação e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. Lei 7969, de 31 de Março de 2000. Concede vantagens aos servidores ocupantes dos cargos que menciona, amplia o prazo do art. 271 da lei nº 7.169, de 30 de agosto de 1996, e dá outras providências.

BELO HORIZONTE. Lei 0 de 21 de março de 1990. Lei Orgânica do Município de Belo Horizonte.

Relatórios da Secretaria de Educação da Prefeitura de Belo Horizonte

BELO HORIZONTE. PBH, Relatório SMED 1993/1996.

BELO HORIZONTE. PBH, Relatório de Gestão, 1991.

BELO HORIZONTE. PBH/SMED, Relatório de Gestão 1989.

BELO HORIZONTE. PBH/SMED, Relatório de Atividades, 1989/1992.

BELO HORIZONTE. PBH. Principais Ações de Governo, 2002.

BELO HORIZONTE. PBH. Principais Ações de Governo, 2003.

BELO HORIZONTE. PBH. Principais Ações de Governo, 2004.

BELO HORIZONTE. PBH. Principais Ações de Governo, 2005.

BELO HORIZONTE. PBH. Principais Ações de Governo, 2006.

Referências

- AFONSO, Almerindo Janela. *Políticas Educativas e Avaliação Educacional: para uma análise sociológica da Reforma Educativa em Portugal (1985-1995)*. Braga: Centro de Estudos em Educação e Psicologia, Instituto de Educação e Psicologia, 1999.
- APPMG, Histórico; <http://www.appmg.org.br/historia.htm>; acesso em 20/05/2009.
- BALL, S.J. Performatividade, Privatização e o Pós-Estado do Bem-Estar. In *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1105-1126, Set./Dez. 2004 1105
- BRESCIANI, Maria Stela Martins. Lógica e Dissonância, Sociedade de Trabalho: Lei, Ciência, Disciplina e Resistência Operária. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo: Ed. Marco Zero 1985/1986, v. 6, nº 11.
- CASASSANTA, *Educação e Estado Novo em Minas Gerais*, Bragança paulista, EDUSF, 2003.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Leis Nacionais da Educação: uma conversa antiga. In: HORTA, José Silvério Bahia e BRITO, Vera Lúcia Alves de. (orgs) *Medo à liberdade e compromisso democrático: LDB e Plano Nacional da Educação*. São Paulo, Editora Brasil, 1997
- DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, espaços públicos e a construção democrática no Brasil: limites e possibilidades, in *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*, São Paulo, Paz e Terra, 2002.
- DOIMO, Ana Maria. *A vez e voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Anpocs, 1995
- DRAIBE, Sônia. O *welfare state* no Brasil: características e perspectivas. *Ciências Sociais Hoje*, 1989, Rio de Janeiro, Anpocs/Rio Fundo. Santos (1989),
- FIORI, José Luís e TAVARES, Maria da Conceição. *Desajuste Global e Modernização Conservadora*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1993.
- GOUVÊA, M. C. S.; Rosa, W. A História das Escolas Normais Mineiras. In Luciano Faria Filho; Ana Maria Casassanta. (Org.). *Lições de Minas: 70 Anos da Secretaria da Educação. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação*, 2000, pp. 23-42.
- LAWN, Martin. Os Professores e a Fabricação de Identidades. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.2, p. 117-130, Jul/Dez 2001.
- LOBO, Valéria Marques. Estado, Sindicatos e Direito do Trabalho no Brasil. *LOCUS*, Juiz de Fora, v. 12, n. 2, p. 117-135, 2006.
- MELO, Marcus André. A Formação de Políticas Públicas e a Transição Democrática: O Caso da Política Social. *DADOS*, vol.33, nº3, pp. 443-470, 1990.

MIRANDA, Shirley Aparecida de. *O movimento de constituição da Rede Municipal de Ensino de Belo Horizonte (1897-1992): progressivo avanço do direito à educação*. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFGM, 2005. (Dissertação Mestrado).

PAOLI, M. C.; TELLES, V. S. Direitos sociais; conflitos e negociações no Brasil contemporâneo. In: ALVAREZ, S. & DAGNINO, E. (org.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: UFGM, p. 103-148, 2001.

PINHEIRO, P.S. *Política e Trabalho no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 1977, p. 59-60.

PRZEWORSKI, Adam. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

ROCHA, Maria da Consolação. O movimento pela democratização da gestão escolar e as lutas em defesa da escola pública: a experiência da Rede Municipal de Educação de Belo Horizonte. In: *VIII Encontro de Pesquisa em Educação da Região Sudeste*, 2007, Vitória. Desafios da educação básica: a pesquisa em educação, 2007.

RODRIGUES, Alberto Tosi. Ciclos de Mobilização Política e Mudança Institucional no Brasil, *Revista de Sociologia e Política*, vol. 17, pp. 33-44. 2001.

RODRIGUES, J.A. *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*. São Paulo: DIFEL, 1968;

SADER, E. *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988,

SANTOS, B. Sousa. *Por uma pedagogia do conflito*. In: SILVA, L.H. da; AZEVEDO, J. C. educacionais. Porto Alegre: Sulina, 1996.

SANTOS, W.G. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro, Campus, 1979.

SIMÃO, A. *Sindicato e Estado*. São Paulo: Dominus, 1966.

WARREN SCHERER, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. vol.21 no.1 Brasília Jan./Apr. 2006

SINDUTE/BH. Cartilha Lutas e conquistas, de 1979 a 2009; 2009.

SINDUTE/BH Reflexões sobre o Plano de Carreira II, 1996.

Sind-REDE/BH. Boletim da Rede, 2006. TOURAINE, Alain. Na fronteira dos movimentos sociais, *Sociedade e Estado*. v.21 n.1 Brasília jan./abr. 2006

WEBER, Max. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Tradução de Barbosa R. e Barbosa K.E.; revisão Cohn G, 3ª ed., Brasília, Editora UNB, 1994.

VEIGA, GOUVÊA, M. C. S.; Rosa, W. A História das Escolas Normais Mineiras. In Luciano Faria Filho; Ana Maria Casassanta. (Org.). *Lições de Minas: 70 Anos da Secretaria da Educação*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação, 2000, pp. 23-42.

VIANNA, L.W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. da UFGM, 1999.